Brasil é tema de debate sobre justiça e violência

18 NOV 1996

ESTADO DE SÃO PAULO

ESTADO DE SÃO PAULO

Tensão no campo abriu discussão, nos EUA, sobre aperfeiçoamento das instituições no País

HENRY RAYMONT
Especial para o Estado

SOUTH BEND — Quando apresentaram o conferencista, as luzes se apagaram. A seguir, iluminou-se uma tela com uma série de fotos de cadáveres, vários deles mutilados. Durante os minutos em que as fotos eram exibidas, uma centena de acadêmicos, juristas e ativistas dos direitos humanos da América Latina e dos Estados Unidos, reunidos na Universidade Católica de Notre Dame, fez silêncio sepulcral, só interrompido por exclamações de horror.

Com essa exibição chocante começou o informe do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, Amazônia: a Transição do Massacre para o Genocídio, na sessão inaugural da conferência O Império do Di-

reito e os Desamparados na América Latina, realizada com o patrocínio do Instituto Helen Kellog de Estudos Internacionais.

Debate — “A banalização dos massacres e a inexistência de meios eficazes para investigá-los e ao funcionamento do sistema agrário são o corolário desse sistema repressivo”, declarou Wagner, assessor da Delegação Ecumênica Internacional. O antropólogo baseou seu informe no prontuário do massacre de 17 de abril, em Eldorado de Carajás, no Pará, quando PMs atacaram um grupo de sem-terra provocando 19 mortes.

Foi uma abertura convenientemente dramática para o seminário no qual o Brasil ocupou o centro do constante debate sobre as disparidades que existem entre o país legal e o país real. Dele participaram acadêmicos, políticos brasileiros e observadores estrangeiros, como o ministro da Justiça, Nelson Jobim; Peter Fry, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Joan Dassin, do Inter-

American Dialogue, de Washington; e o antropólogo peruano Jorge E. Dandler.

Exagero — Numa dura resposta a Wagner Almeida, Paulo Sérgio Pinheiro, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) — um dos organizadores da conferência — chamou de “exagerado” o uso do episódio para apoiar a tese de que a Amazônia corre o risco de se tornar um palco de genocídio. “Não se pode acusar de genocídio um governo que possivelmente pela primeira vez em nosso país está travando séria luta contra o desrespeito aos direitos humanos”, disse. “O presidente tomou sérias medidas para aplicar o rigor da lei contra os violadores dos direitos humanos, sejam policiais ou civis, nas zonas rurais e nas cidades.”
O governo de Fernando Henrique

também foi elogiado por Jorge Dandler, assessor da seção regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Lima. “Pela primeira vez a nova Constituição reconhece os direitos das tribos indígenas, suas estruturas sociais e seu direito de decidir sobre a utilização dos recursos naturais”, disse. Mas o antropólogo ponderou que nenhuma das 140 propostas de emenda apresentadas ao Congresso para reforçar a proteção desses direitos foi aprovada.

Numa sessão posterior, o ministro Jobim foi aplaudido ao expor os esforços do governo atual para “democratizar” as polícias militares. Assinalou que, durante os governos militares, a administração da Justiça esteve permeada pela concepção metafísica do processo, pela identificação do delinquente com o pecador — tese usada “para justificar a busca da absolvi-

ção por meio da confissão obtida sob tortura, quase como um ato religioso.” Salientando a “mudança do sistema”, o ministro afirmou que as autoridades federais e estaduais devem reconhecer a tortura como crime contra os direitos humanos e não como parte do direito canônico.

De sua parte, Wagner insistiu que a repressão aos habitantes da região amazônica não se limitou aos anos dos regimes militares. “De 1993 em diante, a tendência dos massacres continuou aumentando, então com a participação da Polícia Militar nas áreas rurais.”

Em comentário sobre a exposição de Wagner, um especialista da ONU em problemas indígenas lembrou que o próprio Banco Mundial havia concluído que a única solução para o problema da violência na Amazônia era o início de uma nova série de reformas no campo.

Roger Plant, o novo diretor da missão da ONU na Guatemala, sugeriu que o Brasil seguisse o exemplo das forças de segurança da Guatemala desde as reformas adotadas

pelo governo do presidente Álvaro Arzu. “Embora a princípio os acordos causassem mais conflitos nas zonas rurais, ao contrário do que ocorre no Brasil, a polícia se esforçou em evitar a violência, preferindo a negociação para conseguir que os invasores de terras as desocupassem.”

Esperieza — Em seu comentário, Joan Dassin destacou o paradoxo entre a cultura legal anglo-saxônica — que mantém a supremacia da autoridade judicial, apesar da tradição de discriminação e abusos — e a cultura brasileira, em que a lei ainda não é um valor totalmente aceito.

Dassin afirmou que a cultura brasileira “admira os que tiram proveito da esperieza e da riqueza, e denigra os que deixam de tirar vantagem de seus privilégios.” E concluiu: “Devemos lembrar a fascinação que o Brasil teve por Richard Nixon, admirado por sua esperieza, e o desprezo por Jimmy Carter, cuja seriedade de batista encerrava o poderio da superpotência americana numa camisa-de-força moral.”

MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS ABRIU EXPOSIÇÃO